

O tratamento da categoria nome em gramáticas do Tupinambá e do Guarani dos séculos XVI e XVII: critérios de classificação

Luciana Gimenes

Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)

lugimene@usp.com.br

Abstract. *This paper discusses the criteria underlying the classification of the part of speech noun in the description of Tupinambá and Guarani, in four missionary grammars written in 16th and 17th centuries.*

Keywords. *Historiography of Linguistics, Missionary Linguistics, Tupi, Guarani, grammatical categorization.*

Resumo. *Este trabalho discute os critérios empregados na classificação do nome na descrição do Tupinambá e do Guarani antigo, tal como realizada em quatro gramáticas confeccionadas por missionários jesuítas nos séculos XVI e XVII.*

Palavras-chave. *Historiografia da Lingüística, Lingüística Missionária, Tupi, Guarani, categorização gramatical.*

0. Introdução

Este trabalho descreve e discute o tratamento da categoria nome em quatro gramáticas jesuíticas de línguas das Américas Portuguesa e Espanhola: a *Arte de gramática da Língua mais usada na costa do Brasil* (1595); de José de Anchieta (1534-1597), a *Arte da Lingva Brasílica* (1621), de Luís Figueira (ca. 1574-1643), que registram o Tupinambá¹; a *Arte de la Lengua Guarani* (1640), de Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652), e a *Breve Introducción para aprender la Lengua Guarani* (1979[ca. 1625]), de Alonso de Aragona (1585-1629), que descrevem o Guarani antigo.

Uma vez apresentado o mapeamento da configuração da classe nome nas quatro obras, este trabalho discutirá os critérios de classificação empregados pelos autores. O pano de fundo para a discussão é o problema do modelo descritivo latino aplicado ao registro de línguas tipologicamente distintas do latim, que implica lidar com diferenças entre os princípios de categorização previstos no metamodelo e aqueles observados nas línguas objeto. Nesse sentido, com respeito à descrição da categoria do nome indígena no conjunto das obras examinadas, observa-se que a classe identificada pelos descritores como nome não compreende os ‘acidentes’ nominais, tais como estabelecidos pela tradição gramatical greco-latina. Tendo em vista esse quadro, buscarei explicitar quais foram os critérios – morfológicos, sintáticos e/ou semânticos – subjacentes à classificação do nome indígena tal como realizada nas descrições sob análise.

1. Gramática de referência

Como se sabe, a gramaticização das línguas vernáculas européias, bem como a das línguas ditas ‘exóticas’, se realizou com base no modelo gramatical greco-latino (Auroux 1989, Swiggers 1997). A fim de montar um quadro de referência que teria norteado a produção dos autores analisados, elegi duas obras tradicionalmente consideradas representativas no contexto das Missões jesuíticas: a gramática latina de Manoel Álvares, *De Institutione Grammatica*, de 1572, indicada pela Companhia de Jesus para ensino de Gramática nos colégios da ordem; e a obra gramatical de Antonio de Nebrija² (*Introductiones Latinae*, 1481 e *Gramática de la lengua castellana* 1492), que teve impacto importante em sua época, especialmente sobre a produção gramatical espanhola. Cabe observar que a seleção de obras representativas no contexto das Missões não deve sugerir que esta pesquisa busca retrair as influências dos autores pesquisados, pois não é disso que trata este estudo. Buscou-se, tão somente, compor um quadro de referência que teria servido de base aos autores aqui estudados. Uma vez que Álvares e Nebrija não constituem meu objeto de análise, não considere fundamental recorrer aos textos originais, e limitei-me a estudá-los por meio de fontes secundárias (Hackerott 1994 e Torres 1995).

Neste trabalho tratei, especificamente, de questões relativas à classe de palavra nome. Sendo assim, busquei na gramática de referência dos autores sob análise, montada com base nas obras de Álvares e Nebrija, os acidentes classicamente associados ao nome. Veremos que as partes do discurso, e a classe nome, portanto, foram descritos nas gramáticas de Álvares e Nebrija ora com base em critérios ora semânticos, ora morfológicos e também sintáticos.

Em Nebrija, o nome é a parte da oração que se declina com casos e sem tempo (critério morfológico), e significa corpo ou coisa (semântico). Quanto à etimologia, se chama nome porque nomeia as coisas (semântico). Os acidentes do nome são seis, a saber: qualidade (próprio/simples), espécie (primitivos/derivados), figura (simples/compostos), gênero, número e caso. A declinação não existe em castelhano, afirma Nebrija, com exceção da declinação de número. A marcação de caso se faz nessa língua por meio de preposições, explica o autor.

Em Álvares, igualmente, as partes da oração estão classificadas por critérios semânticos, morfológicos ou sintáticos. Assim, o nome é a parte da oração com caso e sem tempo (critérios morfológicos). De acordo com a significação, o nome é próprio, apelativo ou coletivo (semântico). O substantivo existe por si só na oração e o adjetivo, não (sintático). Segundo Álvares, o gênero é um atributo do nome. É preciso interpretar esse critério de classificação como semântico, se o ‘acidente’ gênero for tomado como categoria conceptual, e não gramatical; e como morfológico, se o gênero for tomado como categoria gramatical (flexional). A classificação dos nomes quanto ao gênero, apresentada por Álvares, se faz principalmente por critérios semânticos: pertencem ao gênero masculino os nomes próprios de homens, dos seres que se pintam como homens, dos anjos, dos demônios, dos deuses, dos meses, dos ventos, dos montes e dos rios; e os apelativos atribuídos somente a machos. Pertencem ao gênero feminino os nomes próprios de mulheres, de seres que se pintam como mulher, de deusas, de musas, de ninfas, de sereias, de fúrias, ilhas, regiões, cidades, navios, poemas e árvores. A classificação dos nomes

neutros, diferentemente, se dá com base em critérios sintáticos, conforme expõe Hackerott (1994): são do gênero neutro os nomes colocados ao lado do adjetivo neutro. Álvares acrescenta que há ainda nomes que não respeitam estas regras e nomes cujo gênero é comum de dois (mesma forma para feminino e masculino), comum de três (mesma forma para feminino, masculino e neutro), incerto (mesma forma usada tanto como masculino quanto como feminino ou neutro) e promíscuo (mesma forma significando macho e fêmea) – novamente o viés para classificação desses casos de marcação do gênero é semântico.

A Gramática ocidental se erigiu em torno de categorias – as classes de palavras – apreendidas com base em critérios semântico-formais – os ‘acidentes’ (Swiggers 1997). Se, na origem da Gramática, os critérios sintáticos não desempenharam um papel significativo no estabelecimento das partes do discurso; nas duas gramáticas renascentistas selecionadas para compor o quadro de referência deste trabalho, a sintaxe funciona como parâmetro para descrição das classes de palavra. Como se observa, na descrição/definição do nome, que este trabalho focaliza, Álvares e Nebrija se valerem não somente dos acidentes mas também de critérios sintáticos. Veremos, na seqüência, como isso se dá nas gramáticas missionárias sob análise.

2. Mapeamento da descrição do nome nas gramáticas sob análise

Nesta seção apresenta-se um mapeamento da descrição da categoria nome, tal como realizada pelos autores sob análise, a fim de depreender os critérios de classificação por eles empregados. Ao descrever o tratamento do nome nas obras que constituem os materiais de análise, apresentarei exemplos retirados das quatro gramáticas examinadas, a fim de proporcionar uma idéia do conjunto.

2.1 Caso e Número

Os autores das gramáticas examinadas explicitaram a ausência de marca morfológica de caso e número nas duas línguas indígenas descritas, como ilustra o exemplo seguinte, retirado de Figueira:

Os nomes nesta lingua, cômummente, não tem distinção de numeros, singular, & plural[sic]; nem tambem de casos; mas a mesma voz serue em ambos os numeros, & em todos os casos. v.g. Oca, casa, ou casas: Apyaba, homẽ, ou homês. (Figueira 1621: 3, negritos meus)

É preciso compreender o que os gramáticos estudados querem dizer quando afirmam que as línguas objeto “não têm distinção de número e caso”. Ao fazer tal afirmação, os autores nos dizem que essas línguas não apresentam marca morfológica de caso e número. Eles observam, porém, ser possível a expressão dessas categorias em outros níveis (sintático, discursivo) e por outros processos (aglutinação, em lugar de flexão). Assim, Anchieta esclarece que o plural se depreende do contexto (nível do discurso/enunciação), ou pelo acréscimo de certos nomes “que significam multidão” (nível sintático quando tais nomes como ocorrem como formas livres, morfossintáticos quando são formas presas), recurso utilizado quando se quer enfatizar a quantidade.

O plural se entende pello que se trata, ou tambem acrecentandolhe algũs nomes, que significão multidão, como, todos, tantos, quantos, muitos, &c. E este vltimo he o vsado pera isto que he *cetâ*, & detracto, c. *etâ*, vt *abâ*, homẽ, ou homẽs, *abâeta*, homẽs, *oca*, casa, l. casas, *ócetâ*, casas. (Anchieta 1990 [1594]: 38, itálicos no original, negritos meus)

Anchieta explica que o plural é expresso por certos nomes, que o autor registra em ‘composição’ com os nomes cujo plural se deseja enfatizar. A marcação de plural se dá, portanto, na descrição de Anchieta, em nível morfossintático. Porém, não por meio de flexão (como no latim e nas línguas românicas), mas por aglutinação.

Ainda como alternativa para marcação de plural, Figueira apresenta o emprego de numerais:

Os nomes nesta lingua, cõmummente, não tem distincção de numeros, singular, & plural[sic]; nem tambem de casos; mas a mesma voz serue em ambos os numeros, & em todos os casos. v.g. *Oca*, casa, ou casas: *Apyaba*, homẽ, ou homẽs.

Os numeros porem se distinguem cõ algũs nomes adiectiuos, que seruem somente de singular, ou de plurar: ou não auendo estes, se entende do modo de falar. [...]

Os nomes adiectiuos, que significão cousas singulares, ou do plurar somente, são numerais: & os que não são numerais, não tem distincção de plurar & singular. (Figueira 1621: 3, itálicos meus)

Na descrição do Guarani, Montoya apresenta o morfema *hetá* como forma de expresser o plural. Uma vez que esse morfema é descrito como ‘partícula’, segundo o autor, a marcação de número se dá, na língua indígena, no nível morfossintático³.

El singular, y plural son de vna misma manera, y porque este no tiene distintas notas del singular : vsan de la particula (*Hetá.*) que dize muchos,ó de los nombres numerales, que se ponen en el capitulo tercero. (Montoya 1640: 2, itálicos meus)

Em resumo, segundo os autores examinados, nas línguas objeto o número se marca com o auxílio de nomes ou partículas, ou se depreende pelo contexto.

Quanto à marcação de caso, os gramáticos nos explicam que ela se realiza nas línguas indígenas por meio de posposições (às vezes chamadas de preposições, por analogia à marcação de caso nas línguas românicas). Assim, Figueira identifica as ‘preposições’ como substitutos da flexão nominal de caso, tal como ocorre na sua língua, o Português:

Assi como na lingua Portuguesa em lugar de casos ajuntamos algumas preposições aos nomes.v.g. Pedro, De Pedro, A Pedro, Pera Pedro, Com Pedro, &c. Assi também nesta lingua qualquer nome substantiuo he governado, & varia com preposições. (Figueira 1621: 4 frente, negritos meus)

Figueira explica, então, a construção de cada um dos casos, com auxílio de preposições: “Pera pormos o nome em datiuo ajuntamos-lhe a preposição *Pe*, ou *çupé*. v.g. *Enheeng derubape*, l, *Enheeng derubaçupè*. Fala a teu pay.” (Figueira 1621: 4 r., itálicos e negritos meus)

Observar que as posposições foram registradas por Figueira como formas presas, porém, essa forma de registro não é geral, e oscila no conjunto das obras, mesmo considerando-se o texto de um mesmo autor.

A apresentação dos dados que exemplificam a marcação de caso nas línguas indígenas por vezes foi feita com vistas a aproximar língua objeto e modelo, como faz Montoya, pela construção de um paradigma de declinação dos nomes:

CAP. I. Declinacion de los Nombres.

N. <i>Abaré.</i>	Sacerdote.
G. <i>Abarambaê.</i>	Cosa del Sacerdote.
D. <i>Abare upé.</i>	Para el Sacerdote.
Ac. <i>Abaré.</i>	Al Sacerdote.
V. <i>Abaré.</i>	Sacerdote.

Ab. *Abaregui*, del Sacerdote. *Abarepipe*, con el Sacerdote. *Abarépe*, en el Sacerdote. *Abarérehé*, por el Sacerdote. (Montoya 1994[1640]: 2)

As línguas objeto também expressam caso no nível sintático, por meio da ordem dos elementos na sentença, como explica Montoya:

El genitio de possession se haze poniendo al principio do que posee, y luego lo poseído, vt **Abarê mbae**. [...]

El ablatiuo de materia, es como el genitio de la cosa perteneciente. Abáyta reheguâra, hombre hecho de piedra, ò con los dos nombres sustantiuos, vt ñaembe ibirá l. ibirá ñaembê, plato de palo. (Montoya 1994[1640]: 3, negritos meus).

Quanto à forma de expressão do caso e do número, o nome das línguas objeto difere do nome tal como definido na tradição gramatical clássica.

2.2 Gênero

Anchieta, Figueira e Montoya não fazem menção direta quanto à marcação ou não do gênero nas línguas indígenas. De fato, o ‘acidente’ gênero constitui um problema mais complexo que os demais acidentes do nome, porque sua descrição nas obras sob análise envolve um entrelaçamento da categoria gênero como categoria gramatical e conceptual. Não há gênero gramatical no Tupinambá e no Guaraní. Porém, a distinção extra-lingüística entre indivíduos do sexo masculino e feminino é expressa por alguns nomes específicos, em casos nos quais é relevante marcar essa diferença, de acordo com os recortes conceptuais/culturais operados por essas línguas, como explica Aragona:

Em los nombres de animales se significa com uma voz el macho y la hembra Yagua perro y perra, tayaçu puerco, p[u]erca. Guaçu Venado et^a. Pero dos nombres tienen univ[er]sa[le]s. Uma p^a el sexo femineo, y otro para el masculino. Cuña para el [prime]ro. Cuimbaè para el segundo. Y assi p[ara] expli[car el] perro, se dirá, Yagua cuimbaè, y [para e]xplicar la perra, Yagua Cuña y assi de los demas.

Mas ai alg^{os}. nombres que son de varones propriam^{te}. como Aba Indio taïra hijo varon del [In]dio Cunumi, muchacho, Cunumbuçu mo[c]eton De la hembra son Cuña India, Cuñataï, tayïra hija de varon Yndio, Cuñambuçu moza. La Yndia con un nombre, que es membïra, confunde sus hijos; y no esplica si es varon [o he]mb[ra]. Y para esplicarse [dice] chemembïcuña mi hija, chemembïraïce, o che[me]m[bï]cuim[ba]è. (Aragona 1979[1625]: 36)

Em suma, se tomarmos o gênero como categoria gramatical, ele não existe no Guarani e no Tupinambá. Contudo, semanticamente, o nome é a classe de palavra que contém a distinção masculino/feminino, tanto nas línguas indígenas quanto no modelo metalingüístico disponível. Com relação ao gênero, portanto, a classe do nome indígena se identifica com a do nome da tradição greco-latina segundo critérios semânticos.

2.3 O tempo nominal

Um outro problema quanto à classificação do nome indígena segundo critérios morfológicos é o traço do tempo nominal. O tempo não é um acidente do nome no quadro da gramática latina, nem nas línguas românicas, mas o é no Guarani e no Tupinambá, conforme explica Montoya:

Todo nombre tiene tres tiempos,Cue, preterito, Rãma,futuro, rangue, preterito, y futuro misto, para ele presente sirue el nome solo, y si se llega adicciones acabadas envocal, se còserua entero, vt Abá hombre, Abá cuê, hombre que fue. Abá rãma, hombre que ha de ser. Abá ranguêra, hombre que hauia de auer sido.(Montoya 1640: 29, negritos meus).

A expressão do tempo pelo nome seria, portanto, mais um parâmetro em que o nome indígena e o nome clássico se distinguem.

3. O papel de critérios sintáticos na classificação do nome indígena

Como vimos, segundo critérios morfológicos, o nome indígena difere do nome ‘clássico’, já que certas marcas morfológicas presentes no latim e/ou no português ou espanhol, não estão presentes nas línguas indígenas, a saber: flexão de caso (presente no latim), flexão de número (latim, português e espanhol), flexão de gênero (português e espanhol). O mapeamento apresentado demonstra que os gramáticos chamaram a atenção para essas diferenças na morfologia do nome indígena em relação ao metamodelo. Portanto, segundo critérios morfológicos, o nome indígena difere da classe nome no quadro da gramática latina em muitos dos parâmetros. Assim, pode-se afirmar que a classificação do nome indígena não se deu com base em critérios morfológicos.

Se as propriedades morfológicas do nome indígena não permitem identificá-lo com a classe de palavra nome, tal como definida classicamente, resta determinar que critérios ampararam os gramáticos sob estudo na classificação do nome. Para tanto, é preciso questionar em que perspectiva o nome indígena equivale ao nome tal como definido na tradição gramatical greco-latina. O nome das línguas objeto coincide com aquele previsto no modelo numa perspectiva sintática funcional. O nome indígena equivale ao nome latino na medida em que ambos desempenham as mesmas funções sintáticas, e o fato de que as

línguas indígenas manifestam todos os casos gramaticais – ainda que a marcação não se dê como a prevista no modelo – atesta a simetria reconhecida entre as funções sintáticas desempenhadas pelo nome no modelo e nas línguas objeto.

4. Comentários Conclusivos

As diferenças tipológicas entre a metalinguagem de categorização (o latim), as metalinguagens de descrição (português e espanhol) e as línguas objeto (Tupinambá e Guarani) não impediram os gramáticos jesuítas estudados neste trabalho de reconhecer fenômenos lingüísticos marcados em diferentes níveis lingüísticos e por diferentes mecanismos. Especificamente com respeito à classificação do nome indígena, vimos que uma abordagem formal não justificaria a classificação que foi efetuada. Porém, numa perspectiva sintático-funcional, existe simetria entre o nome indígena e o nome clássico e esta deve ter sido a visão que norteou os gramáticos na classificação do nome das línguas objeto. Se, nas origens da Gramática ocidental, a sintaxe não teve um papel determinante na apreensão das categorias que constituem as partes do discurso, na transposição do modelo gramatical greco-latino à descrição das línguas do Novo Mundo, em que os gramáticos tiveram de lidar com diferenças tipológicas entre a metalinguagem de descrição e as línguas objeto, a sintaxe, em sentido funcional, foi um critério classificatório determinante, como se procurou aqui demonstrar.

Notas

¹ De acordo com a classificação de Rodrigues (1996a, 1997).

² Como se sabe, em se tratando de discutir a influência de Nebrija nas obras que lhe sucederam, cabe distinguir sua gramática latina de sua gramática castelhana – a gramática latina teria sido uma referência bem mais importante. Ao menos é o que se pode inferir pelo número de edições que sua arte latina apresentou, ao passo que a arte castelhana não foi reeditada nos séculos XVI e XVII (Caño 1987). Porém, não se trata aqui de retrazar influências, mas sim, de buscar uma ‘gramática de referência’, um quadro geral que permita ‘ler’ os trabalhos posteriores, e nesse sentido a obra de Nebrija como conjunto, é adequada. Considerando, pois, os objetivos da pesquisa, encontrei no estudo de Torres (1995) sobre a obra gramatical de Nebrija (latina e castelhana) o suporte necessário.

³ Ainda que, considerando o conjunto da obra lingüística do autor (gramatical e lexicográfica), muitas vezes esta e outras partículas ocorram grafadas como formas livres.

Referências

- ANCHIETA, José de. *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*. [Edição facsimilar. Apresentação Prof. Dr. Carlos Drummond, aditamentos Pe. Armando Cardoso, S.J.] São Paulo: Loyola, 1990 [1595].
- ARAGONA, Alonso de. Breve Introducción para aprender la Lengua Guaraní. *Ameríndia*, 4. [Edição, apresentação e notas de Bartolomeu Meliá], 1979[ca. 1625].
- AUROUX, Sylvain (dir). *Histoire des Idées Linguistiques. Le Développement de la Grammaire Occidentale*, vol. II. Liege-Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989. FIGUEIRA, Luís. *Arte da Língua Brasileira*. Lisboa: Manoel da Silva, 1621.

- CAÑO, Antonio Ramajo. *Las Gramáticas de la Lengua Castellana desde Nebrija a Correas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1987.
- HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. *A gramática de Manoel Álvares* (manuscrito), 1994.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Arte y Bocabulario de la lengua guarani*. [Edição facsimilar, estudo e transcrição de Silvio M. Luizzi]. Madrid: Ediciones de Cultura Hispânica/Agencia Española de Cooperación Internacional, 1994 [1640].
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “As Línguas Gerais Sul-Americanas”. *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica* 2: 4. 6-18, 1996.
- . “Descripción del tupinambá en el período colonial: el *Arte* de José de Anchieta”. Zimmermann, Klaus (ed.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt a. M./Madrid: Vervuert/Iberoamericana. Pp. 371-400, 1997.
- SWIGGERS, Pierre. *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l’Antiquité au XIX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- TORRES, Miguel Angel Esparza. 1995. *Las ideas lingüísticas de Antonio de Nebrija*. Münster: Nodus Publikationen